

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS FREGUESIAS DE MOURA
(SANTO AGOSTINHO E SÃO JOÃO BAPTISTA) E SANTO AMADOR

----- Ata n.º 7 -----

----- A Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Moura (Santo Agostinho e São João Batista) e Santo Amador, reunida no dia dezanove de Setembro de dois mil e dezoito, na sala de sessões da Delegação da União de Freguesias de Moura e Santo Amador, em Santo Amador, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período antes da ordem do dia; -----
2. Apreciação e votação da atas de Assembleia n.º 5 e 6;-----
3. Apreciação e votação de 4ª Revisão ao Orçamento da Receita e Despesa e PPI para o ano 2018; -----
4. Apreciação e votação de Proposta de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços; -----

-- O Sr. Carlos Octávio, Presidente da Assembleia de Freguesia, após verificar a existência de quórum, procedeu à abertura da Sessão com a presença dos seguintes membros da Assembleia: Liliana Rodrigues Guerreiro Lampreia, José António Linhas Roxas de Oliveira, Carlos Manuel Limpo Rim, Maria do Carmo Inverno Geadas, João Miguel Gonçalves Alfaiate, Filipa Rosa Velez, Jorge Ramos Pós-de-Mina e José Miguel Roberto Gonçalves. Pediram substituição os membros João Daniel Tristão Rico, Ana Paula Ventinhas Albardeiro Santana e Maria José Moita Araújo, comparecendo Manuel Monteiro, Cláudia Guerreiro e Francisco Vasques. Esteve ausente o membro José Gonçalo Garradas Valente. -----

Em cumprimento do disposto no artigo doze da Lei nº 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei nº5 A/2002 de 11 de janeiro, compareceu ainda à sessão o Executivo da União de Freguesias de Moura e Santo Amador.-----

Ponto Um- Período antes da ordem do dia; -----

O Sr. Presidente da Assembleia cumprimentou os presentes, dizendo ter pena que não esteja ninguém do Povo de Santo Amador. Questionou se existem assuntos para o período antes da ordem do dia.-----

----- Tomou a palavra o eleito José António questionando o Sr. Presidente do Executivo para se pronunciar acerca da Lei das Transferências, até 15 de Setembro teria de ter havido uma reunião extraordinária da Assembleia, tanto das Freguesias como Municipais, para se pronunciarmos para a aceitação ou não das novas competências. Segundo o que se tem observado nas notícias não se sabe muito bem o que é que isso implica, pode ser um presente envenenado, alguns municípios não querendo passar um cheque em branco, fizeram essas Assembleias para se pronunciarem ou não, pois havia prazos para a aceitação ou não. Poderá ser uma sobrecarga

para alguns municípios, não sabendo nós o que está para vir, questiono pois o Executivo porque é que não foi realizada essa Assembleia extraordinária, por desconhecimento ou por motivo de férias. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Presidente do Executivo, cumprimentando os presentes, dizendo também lamentar não ter ninguém do Povo de Santo Amador, temos questões importantes relacionadas com esta terra, que gostaríamos de dar a conhecer e que temos feito. Relativamente à questão levantada pelo José António, o entendimento que o Executivo tem sobre esta matéria é que não existem condições para essas transferências de competências, porque a Lei diz que existem uma série de leis, decretos-leis, diplomas, esses documentos regulamentares não foram publicados, a preocupação é saber se estas transferências serão devidamente compensadas, por isso achamos um pouco nulo estarmos a pronunciarmo-nos sobre esta matéria. E depois a relação entre Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, não sabemos o que é que as Câmaras vão fazer. Era para entrar em vigor a 15 de Setembro e essa data já passou. Assim que houver matéria jurídica suficiente e quando tal se justificar nós com certeza solicitaremos uma Assembleia extraordinária. -----

----- Tomou a palavra o eleito José António dizendo que mesmo por a Lei ser omissa e muitas Câmaras e Freguesias não aceitaram por isso, o Estado falhou, se era para entrar em vigor até dia 15 de Setembro, o que é que calha às Freguesias? Mas vai entrar em vigor, mas de repente pode ser alguma coisa boa. O aceitar pode ser um tiro no escuro, algumas Juntas e Câmaras não aceitaram, jogaram pelo seguro. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Presidente do Executivo, dizendo respeitar as opiniões de todas, mas neste momento não existe nada para discutir, mesmo que a Câmara aceite, que não acredito, a lei neste momento é morta. Aquilo que aconteceu na última Assembleia municipal, foi tentar discutir esta matéria, mas não foi discutida, a Assembleia foi inóspita, não teve ponta por onde se pegar, e muitos eleitos não aceitaram a senha de presença. O Executivo desta Junta de Freguesia, mesmo sendo da mesma força política que a Câmara, não assumiremos novas delegações se não concordarmos com elas. Queremos ver melhoradas as condições relacionadas com as delegações de competências, e isto já foi dito por mim em reuniões com a Câmara. O esforço despendido pela Junta tem sido muito e é fundamental que estas delegações sejam melhoradas, nós assumimos esses deveres para com as populações e não seria um Executivo da CDU que defenderia melhor os interesses das populações. O trabalho da Junta tem sido muito árduo, por parte do Executivo, dos funcionários, mesmo a Assembleia tem colaborado pois não se tem oposto ao nosso trabalho, felizmente temos conseguido superar o desafio do apoio social. Em cerca de um mês demos volta a cerca de 53 km de bermas na União de Freguesias, mas multiplicado por quatro, pois essas passagens têm que ser feitas mais que uma vez. Os nossos colaboradores, o José Domingos, o Paulo Camacho e o Aquilino deslocaram-se nas suas viaturas, não pode ir um homem sozinho num trator para o campo, tem que se levar a motosserra para ir atrás, e eu disse-lhes para eles abastecerem as viaturas. E o trabalho fez-se, temos de voltar a esse trabalho depois das primeiras águas. Em relação às Escolas estavam num estado miserável, e o José António sabe isso bem, a Escola da Porta Nova foi toda arranjada, só em janelas foram dois mil e tal euros, os pisos também foram arranjados, estores, pinturas e a Escola dos Bombeiros também foi arranjada. A Escola

do Fojo está num estado deplorável, a nova Coordenadora que tomou posse em boa altura enviou à Junta 28 pontos com pedidos de reparações. Na sexta-feira antes de começarem as aulas havia dois pontos que não tinham sido satisfeitos. Foram distribuídas pela primeira vez fichas escolares aos alunos do 1º ao 4º ano, demos aos repetentes (pois as fichas do ano anterior já estão trabalhadas) e aos professores, foram cerca de 14 mil euros, tenho pena que não esteja aqui ninguém de Santo Amador, pois não existe médico desde 4 de julho (confirma o eleito José Miguel), há cerca de dois meses que a população de Santo Amador está sem médico, assim como a Póvoa e a Estrela, apesar de estas não nos dizerem respeito. Encetámos conversa com o Centro de Saúde, com o Dr. António que disse que brevemente a situação seria resolvida. Numa segunda reunião, foi-nos dito que estava quase mas entretanto o Dr. António foi de férias, os meses de Verão são complicados por causa das férias. Mas falei com a ULSBA, que não sabia o que se passava, fui atendido pelo Dr. Mestre em substituição da Dr.ª Conceição Margalha, que disse não saber do que se passava, mas se iria informar. Nessa mesma tarde voltou a ligar-me e disse que nem o Centro de Saúde de Moura sabia nem Beja, desconheciam a situação. Liguei para Lisboa e a situação é: a médica terminou o acordo de recurso entre Portugal e Cuba, ela deslocou-se a Cuba para tratar da situação, já voltou, o problema é que durante 6 meses tem de estar em serviço em Cuba e não pode trabalhar em Portugal, mas ela entretanto já voltou e está a trabalhar no Centro de Saúde, não sei o que se passa, posto isto continuamos sem médico. No concurso aberto para 2 médicos, não houve candidatos à vaga, não concorreu ninguém ao Centro de Saúde de Moura. Telefonei ao Sr. Presidente da Câmara dizendo-lhe que o problema já ultrapassa a competência da própria União de Freguesias, pois não é só em Santo Amador que não há médico, são também a Póvoa e Estrela, de se juntarmos com os Presidentes de Junta e vermos o que se pode fazer. Conseguimos uma reunião para dia 13 de Setembro, dessa reunião foi-nos dito que teríamos uma resposta dentro de um ou dois dias. Vou ler a resposta que me foi dada pela Dr.ª Conceição Margalha: "Boa tarde Eng. Canudo Sena, como me disponibilizei solicitei apoio à ARSA, por causa do problema das contratações, à verba ou não há, no sentido de se contratar um médico. Consegui junto dos profissionais de Moura a realização das consultas médicas necessárias até à resolução do problema, o que presumo que amanhã possa haver consultas em Santo Amador. Agradeço à Dr.ª Conceição, esperando ansiosamente que a situação se resolva. Posto isto lamento que não esteja aqui nesta Assembleia ninguém de Santo Amador, pois parece que está tudo bem. Não gosto de fazer comunicados, que falei com este ou aquele, por exemplo a Póvoa de São Miguel fez um abaixo-assinado com 430 assinaturas, eu também poderia conseguir isso, mas essa não foi a forma que entendi para resolver o problema. Fico contente que o José Miguel me confirme que haverá médico em Santo Amador. -----
---- Tomou a palavra o eleito José Miguel dizendo que o contrato da médica voltou para trás pois não estava como ela queria, e tem andado para trás e para a frente. Abriu um concurso para dezasseis vagas, duas das quais para Moura e ninguém concorreu, existe uma grande falta de médicos. Os que cá estão querem ir-se embora. -----
---- Tomou a palavra o Sr. Presidente do Executivo, dizendo que na conversa com a Dr.ª Conceição Margalha, que durou das 16 às 17.30h, eu disse-lhe que a Junta de Freguesia estaria disponível para contratar um

médico para dar consultas em Santo Amador, mas contratar um médico não é solução pois só poderia passar receitas, não poderia passar uma análise nem um exame, mas posso colocar a carrinha de 9 lugares à disposição para trazer as pessoas para a SUB de Moura, e depois estamos para ver como será. Não há médicos que queiram vir para Moura. A maior parte das circunstâncias, Lisboa pode ter consciência mas nós é que sentimos estes problemas na pele. -----

----- A eleita Maria do Carmo diz que tem pessoas que se dirigem à urgência para pedido de receituário, são as pulseiras brancas, e estas estão a agravar-nos os objetivos, está a funcionar muito mal mesmo. -----

Ponto Dois- Apreciação e votação das atas de Assembleia n.º 5 e 6; -----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação a ata n.º 5 da Assembleia. -----

-----**DELIBERAÇÃO**-----

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a Ata n.º 5 (cinco), com 11 (onze) votos a favor (7 dos eleitos do PS, 3 dos eleitos da CDU e 1 do eleito do PSD), e 1 (uma) abstenção da CDU, por não ter estado presente nessa Assembleia. -----

O Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação a ata n.º 6 da Assembleia. -----

-----**DELIBERAÇÃO**-----

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a Ata n.º 6 (seis), com 9 (nove) votos a favor (7 dos eleitos do PS, e 2 dos eleitos da CDU), e 3 (três) abstenções (2 dos eleitos da CDU e 1 do eleito do PSD), por não terem estado presentes nessa Assembleia. -----

Ponto três - Apreciação e votação de Proposta de 4ª Revisão ao Orçamento da despesa, da receita e PPI para o ano 2018; -----

----- Tomou a palavra o Vogal Fernando Ramos dizendo que relativamente à rubrica da carrinha, na última Assembleia foi dito que necessitávamos de colocar verba na rubrica respetiva, para a compra da carrinha e só assim se passaria à fase seguinte, isso implicou limpar valores noutras rubricas e nesta revisão agora aqui apresentado retirámos valor pois até final do ano precisamos de muito menos valor e esses cerca de trinta e três mil euros foram distribuídos pelas rubricas necessárias, foi mais uma ginástica contabilística. -----

----- O eleito José António questiona o reforço na rubrica do Programa ABEM, no valor de mil duzentos e cinco euros. -----

----- O Vogal Fernando Ramos responde que o Programa ABEM vem do mandato transacto, neste momento estamos a apoiar 34 utentes com 61 elementos de agregado familiar, apoiamos 100 € por pessoa/ anua, e temos de pagar agora 1525 €, daí este reforço de verba. Posto isto foi necessário reforçar a rubrica do Programa ABEM. Todos os anos há uma reavaliação

das pessoas que estão a ser apoiadas, alguns que saiam para apoiar outras, podem reunir as condições ou não. -----

----- Tomou a palavra o eleito José António dizendo que a sua opinião filosófica em relação a este assunto bem como os manuais escolares, eu também estive numa Junta, sei como é, mas isso acho que as pessoas deviam ter condições económicas para elas mesmas suportarem essas despesas e as Juntas usarem esse dinheiro para outro tipo de tarefas. Se os manuais escolares fossem gratuitos, a Junta já libertaria essa verba para outras coisas mais importantes. Infelizmente as Juntas tem de entrar nesse tipo de ajudas pois o poder central nada faz para melhorar a vida das pessoas. -----

----- O vogal Fernando Ramos concorda com o José António, as pessoas deveriam ter condições, mas infelizmente não tem. Era bom que pudéssemos usar estas verbas para outras finalidades. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente do Executivo dizendo que este Executivo terá sempre à frente o princípio da Lealdade, o Programa ABEM está a colocar-nos razões de ponderação, como já foi dito são 34 beneficiários e 61 utilizadores, podem colocar a questão porquê? Este programa tem alguma perversidade, pois são 34 utentes, mas todos os elementos do agregado familiar são apoiados, temos 34 mas pagamos 61, não sei se vamos continuar com isto, temos de fazer contas, reunir com a Dignidade. Aqui não há limites, nós só os temos por uma questão orçamental. O problema é que são apoiados elementos do agregado que não estão doentes. O Programa é bom e válido, mas estamos a ponderar, a Dignidade tem protocolos com as Farmácias, contribui com uma parte. Não sei se com o mesmo dinheiro não faríamos mais e melhor. -----

----- Tomou a palavra o vogal Fernando Ramos, dizendo que por exemplo um doente crónico gasta muito mais do que 100 € por ano, a outra parte que estamos a apoiar. -----

----- O Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto três da ordem de trabalhos. -----

-----**DELIBERAÇÃO**-----

-----**Deliberado**, por maioria, aprovar a 4ª Revisão ao Orçamento da despesa, da receita e PPI para o ano 2018, com sete (7) votos a favor dos eleitos do PS e cinco (5) abstenções (4 dos eleitos da CDU e 1 do eleito do PSD). -----

-----**Ponto Quatro** - Apreciação e votação de Proposta de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços; -----

----- Tomou a palavra o eleito José António dizendo que o ponto foi retirado da última Assembleia, mas a nossa bancada tinha uma situação para colocar, a utilização do Centro Cultural devia ficar só pela caução de 50 €, para eventuais prejuízos, e não se cobrar a utilização diária de 75 €, pois é uma terra pequena onde o único local que tem para festas/eventos é o Centro Cultural. Relativamente à questão das bermas e valetas, na reparação de caminhos, a Junta paga as horas extraordinárias aos

trabalhadores, como é que vai ser pago aos trabalhadores da Câmara, como é que o dinheiro entra na Câmara para pagar aos funcionários. -----

---- O Sr. Presidente da Assembleia questiona a caução de 75,00 € e a utilização diária a particulares no valor de 50,00 €. -----

---- Tomou a palavra o Sr. Presidente do Executivo dizendo que esta proposta de alteração de taxas é pacífica, houve alterações de alguns preços, mas tem um princípio que é salvaguardar os interesses das pessoas, as Instituições ou pessoas sem condições ficam isentas. A caução existe para todos, serve para disciplinar, depois é devolvida. A população de Santo Amador tem acesso ao Centro Cultural de forma gratuita, o que temos vindo a observar é uma transferência de festas particulares, as pessoas faziam em casa os aniversários e agora pedem o Centro Cultural para esses eventos. Santo Amador tem um conjunto de investimentos sem paralelo, em 10 meses de mandato. Apoiámos Associações e Comissão de festas, no Centro Social recuperámos a fachada. A Junta tem um conjunto de espaços, mas são casas e casotas, temos de conseguir legalizar o espaço do Curral do Padre. O Centro Social está muito degradado, a pintura das janelas custa muito dinheiro. Temos custos elevados para recuperar este edifício. O valor de 50 € é para disciplinar, e o espaço fica muito sujo depois das Festas. Estarei à frente para reconstituir a Freguesia de Santo Amador, com cerca de 300 habitantes e com tendência para diminuir se Santo Amador passar para Freguesia individual, vai regredir, nem vai ter condições para fazer nada (paga os vencimentos e não faz mais nada, se tiver uma Câmara da mesma cor e for amistosa, poderá fazer alguma coisa. Os funcionários da Junta (Celeste), a Natália está aí, dizem-me: *"É tudo para Santo Amador, não se podem queixar!"* -----

---- Tomou a palavra o eleito José António dizendo que tem uma opinião diferente, no sentido da reposição das Freguesias, pois vamos degradando os Serviços, e a população vai fugindo, despovoando-se. O movimento associativo tem 8 mil euros, na União de Freguesias, na Junta de São João o valor para o Associativismo era de 9 mil euros, ou seja, o valor das três Juntas é menor. Em Santo Agostinho o valor também seria mais ou menos o mesmo que São João. Reduziram os políticos, pagavam menos senhas de presença, ficou a perder-se em tudo, o dinheiro não estica. -----

---- Tomou a palavra a Sr.^a Cláudia, residente em Santo Amador, dizendo querer comentar o valor da taxa de utilização do Centro Cultural, a população não vai ficar contente com esse valor, sei que muita gente contribuiu para os arranjos do Centro na altura, e vai haver revolta nesse sentido. Nunca foi hábito cobrar esses 50 €, mas se realmente o Centro não ficar em condições depois das Festas, deverá ser cobrada a caução para a Junta. -----

---- Tomou a palavra o vogal António Santos dizendo que já existia antigamente (no anterior Executivo) este pagamento, mesmo para evitar abusos. -----

---- Tomou a palavra o eleito José António dizendo respeitar todas essas questões, o melhor seria fazer um regulamento, que abranja atividades, tipificar, poderá haver atividades meritórias, um particular ter uma Festa de solidariedade. -----

----- O Sr. Presidente do Executivo esclarecendo a situação: foi proposto ao Executivo retirar a taxa dos 50 €, que poderemos aceitar. Mas foi proposto que a caução se mantivesse nos 75 €. Mas começa a haver uma utilização

do espaço para o qual ele não foi criado, e não se justifica. Se alguém de fora pede o Centro Social ou alguma empresa para apresentar algum produto, sugiro que se cobre os 50 € a não residentes em Santo Amador e instituições com fins lucrativos.-----

---- O Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

-----**DELIBERAÇÃO**-----

-----**Deliberado**, por unanimidade, aprovar a Proposta de Alteração do Regulamento e Tabela de Taxas e Preços, com retificação no anexo 2 artigo 4º, "Utilização diária a não residentes em Santo Amador e instituições com fins lucrativos - 50 €, a caução de 75 e mantém-se. -----

----- A Secretária leu a minuta da ata em voz alta, para depois ser colocada a votação. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia colocou a votação a aprovação da ata da Assembleia, em minuta. -----

-----**DELIBERAÇÃO**-----

-----**Deliberado**, por unanimidade, aprovar a ata da Assembleia de Freguesia, em minuta. -----

Não havendo mais assuntos agendados, o Presidente da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a reunião, pelas vinte e três horas, da qual para constar foi por mim, Liliana Rodrigues Guerreiro Lampreia, lavrada a presente ata, a qual vai ser presente à próxima Assembleia de Freguesia, com vista à aprovação e assinatura pelo Presidente Carlos Octávio Lúcio do Carmo, e pelo Secretário, Liliana Rodrigues Guerreiro Lampreia. -----

Assembleia de Freguesia, 19 de Setembro de 2018

PRESIDENTE: Carlos Octávio Lúcio do Carmo

SECRETÁRIO: Liliana Rodrigues Guerreiro Lampreia